



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

SÉRGIO ALEXANDRE BORBA MORAIS

**PERSPECTIVA ECONÔMICA DA CAPRINOCULTURA NO MUNICÍPIO  
DE MONTEIRO – PB**

João Pessoa-PB

2017

SÉRGIO ALEXANDRE BORBA MORAIS

**PERSPECTIVA ECONÔMICA DA CAPRINOCULTURA NO MUNICÍPIO  
DE MONTEIRO – PB**

Trabalho apresentado ao Curso de  
Graduação em Ciências Econômicas da  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
com o objetivo de obter, o grau de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira

João Pessoa-PB  
2017

### **AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA**

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia do aluno Sérgio Alexandre Borba Moraes, matrícula 10916421, intitulada “Perspectiva econômica da caprinocultura no município de Monteiro – PB” foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Ivan Targino Moreira, Juliana Patrícia Alves Pereira e Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo no dia 12 de junho, às 14:00 h, no período letivo de 2016.2.

A monografia foi \_\_\_\_\_ pela Comissão Examinadora e obteve nota (\_\_\_\_\_).

Reformulações sugeridas: Sim ( ) Não ( )

Atenciosamente,

---

Prof. Ivan Targino Moreira - Orientador

---

Prf<sup>a</sup>. Juliana Patrícia Alves Pereira - Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>.Nayana Ruth Manguiera de Figueiredo - Examinadora

---

Prof.Ms. Ademário Félix de Araújo Filho - Coordenador de Monografia

---

Prof. Dr. Adriano Firmino Valdevino de Araújo - Coordenador do Curso

---

Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho - Chefe de Departamento

Ciente: \_\_\_\_\_  
Sérgio Alexandre Borba Moraes - Discente

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos agropecuaristas familiares, em especial aos “guerreiros” caprinocultores, que lutam diariamente contra a sofrida escassez de água do semi-árido paraibano para sobreviver.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e me deixar chegar a mais uma conquista.

Agradeço a toda minha família pela dedicação e paciência, deixando meu caminho mais agradável nesta jornada. A minha mãe, Maria Betânia Fonseca Borba, meu pai do coração, João Batista dos Santos e meus amados irmãos, Graciano Danillo Borba Orengo e Grasiene Orengo da Silva Junior, meus melhores amigos e conselheiros.

Agradeço a família que Deus me deu oportunidade de constituir, a qual amo muito, minha esposa Meiryellen Lisboa Borba, e meu filho Samuel Lisboa Borba, que compartilharam diariamente esse momento, sendo paciente nas minhas ausências e dificuldades durante o percurso.

Um agradecimento especial a minha mãe, meu tesouro, que sempre me mostrou o caminho correto a seguir e quanto é importante os estudos nas nossas vidas, iluminando-me com seu carinho e me deixando seguro para continuar nesta jornada.

Agradeço também aos meus amigos que sempre torceram e me apoiaram no decorrer do meu curso.

Agradeço ao meu Orientador, Profº Ivan Targino, e sua esposa, Profº Emilia Moreira, pessoas dedicadas à academia e à formação ética dos seus discentes, pela gentileza de ter me ajudado a concretizar meu sonho de terminar o curso de graduação, guiando-me e dando-me o suporte necessário no decorrer do trabalho.

Obrigado também à Emater-PB, na figura de Alexandre Alfredo (Coordenador de Operações), Valmir Azevedo (Coordenador Regional), Mª do Socorro (Assistente Social), “Seu Chico” (Técnico) e em especial a Genilson Brito (Técnico) pela recepção, total conhecimento técnico e empírico do nosso povo mais sofrido. Agradeço, também, a todos que compõem a Cooperativa Capribom no município de Monteiro.

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a organização da caprinocultura no município de Monteiro, PB. A pesquisa se configura em um levantamento de informações secundárias e primárias, tendo uma abordagem quantitativa e qualitativa. Neste sentido, a pesquisa se fundamentou em identificar os criadores de caprinos e seus arranjos produtivos com uma pesquisa de campo no município, além de pesquisas semi-estruturadas para destacar as instituições de apoio ao produtor e impactos das Políticas Públicas adotadas para manter a oferta e a demanda da produção. Buscando entender o relacionamento entre a organização e seu ambiente interno e externo com o intuito de identificar as ameaças e oportunidades advindas do seu processo produtivo e de comercialização. Verificou-se a existência de barreiras para evolução comercial do caprino na região, necessitando uma revitalização do PAA/Leite e adequação dos caprinocultores à legislação sanitária para comercialização da sua produção de leite e derivados.

**Palavras Chaves:** Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Caprinocultura; Agropecuária Familiar.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the organization of goat activity in the municipality of Monteiro, PB. The research is configured in a survey of secondary and primary information, taking a quantitative and qualitative approach. In this sense, the research was based on identifying the goat farmers and their productive arrangements with a field research in the municipality, as well as semi-structured research to highlight the support institutions to the producer and the impacts of the Public Policies adopted to maintain the supply and the production demand. Seeking to understand the relationship between the organization and its internal and external environment in order to identify the threats and opportunities arising from its production and marketing process. There were barriers to the commercial evolution of goats in the region, necessitating a revitalization of the PAA / Milk and the adaptation of caprinocultores to the sanitary legislation to commercialize their milk production and derivatives.

**Key Words:** Regional Development; Public policy; Caprinocultura; Agropecuária Familiar.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária

FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MI – Ministério da Integração Nacional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PFZ – Programa Fome Zero

PGPM – Política de Garantia do Preço Mínimo

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROGER – Programa de Geração de Renda

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAGI – Secretária de Avaliação e Gestão da Informática

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIBRATER – Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Monteiro: Idade dos Caprinocultores Pesquisados - 2017.....	21
<b>Tabela 2-</b>	Monteiro: Tamanho das Famílias Pesquisadas.....	22
<b>Tabela 3-</b>	Número de fornecedores beneficiados e recursos disponibilizados pelo PAA para o Município de Monteiro e Estado da Paraíba em 2011 a 2016.....	28
<b>Tabela 4 -</b>	Número de fornecedores beneficiados e recursos disponibilizados pelo PAA/Leite de Cabra e PAA/Leite de Vaca no estado da Paraíba em 2011 a 2016.....	29
<b>Tabela 5 -</b>	Monteiro: Efetivo do Rebanho Caprino entre os anos de 2010 a 2015.....	35

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Nível de Escolaridade dos Criadores de Cabra no Município de Monteiro.....	23
<b>Gráfico 2 -</b>	Tamanho da propriedade dos Criadores de Cabra de Monteiro-PB.....	24
<b>Gráfico 3 -</b>	Distribuição da Pecuária no Município de Monteiro em 2015.....	38

## LISTA DE FOTOS

<b>Fotos 1 e 2 -</b>	Transposição do Rio São Francisco em Monteiro-PB.....	25
<b>Fotos 3 e 4 -</b>	Sede da Emater em Monteiro.....	26
<b>Fotos 5 e 6 -</b>	Cooperativa Capribom em Monteiro.....	32
<b>Fotos 7 e 8 -</b>	Leite e Derivados de Caprino.....	33

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Crise Climática.....	11
<b>Figura 2 e 3 -</b>	Mapas das Microrregiões dos Cariris Ocidental e Oriental.....	26

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	19
-------------------	---	----

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
1.2. Objetivos.....	06
1.2.1. Objetivo Geral.....	08
1.2.2. Objetivos Específicos.....	06
1.3. Composição do Trabalho.....	06
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	07
2.1. Literatura Teórica.....	07
2.2. Literatura Empírica.....	12
3. METODOLOGIA.....	14
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROPECUÁRIA FAMILIAR.....	16
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA.....	21
5.1. Perfil do Caprinocultor.....	21
5.2. Estruturas Institucionais da Caprinocultura em Monteiro.....	25
5.2.1. Atuação da EMATER.....	25
5.2.2. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).....	28
5.2.3 Usina de Beneficiamento do Leite de Cabra.....	30
5.2.4 Percepção da Cooperativa Capribom para Caprinocultura .....	32
5.3. A Seca como Vantagem Relativa na Criação de Caprino.....	34
6. CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE “A” – Questionário com os criadores de Cabra	
APÊNDICE “B” – Roteiro de entrevista com Técnico da EMATE	

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualizações do Tema e o Problema da Pesquisa

Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado da Paraíba tem extensão territorial de 56.469,466 Km<sup>2</sup> sendo dividido em quatro Mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Elas apresentam diferenças tanto no quadro natural, quanto no processo de povoamento e nas dinâmicas socioeconômicas e políticas atuais (MOREIRA, 1989). A Paraíba engloba 223 Municípios habitados por 3.766.528 pessoas, com a menor concentração de habitantes Na mesorregião da Borborema e maior densidade demográfica na Mata Paraibana, característica comum da dinâmica populacional do Nordeste brasileiro, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Paraíba, em 2014, foi de R\$ 52.936 milhões, correspondendo a 0,91% do PIB brasileiro, ficando na 19<sup>o</sup> posição entre os 27 estados brasileiros, representando 6,5% do PIB da região Nordeste, ficando apenas na frente dos estados de Alagoas e Sergipe. O setor econômico paraibano mais importante é o de serviços com 77,6% do total do PIB paraibano, seguido pela indústria (17,9%) e pela agropecuária (4,5%) [IBGE, 2014].

O Estado da Paraíba é o segundo estado do Nordeste brasileiro em desigualdade de Renda, tendo um rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, em 2016, de R\$ 790,00, enquanto no Distrito Federal era de R\$ 2.351, segundo dados do Sistema de Indicadores Sociais (IBGE, 2017).

Historicamente, a Paraíba tem dificuldades na geração de renda. Para tanto tem contribuído as limitações do seu quadro natural, pois a maior parte do seu território (86,6%) está inserida no polígono das secas (MI, 2005), o que impõe sérias restrições ao desenvolvimento da sua agropecuária, sobretudo após o declínio das lavouras do algodão e do sisal<sup>1</sup>. Quanto às atividades industriais e de serviços elas

---

<sup>1</sup> O declínio das lavouras do algodão e do sisal ocorreu a partir da década de 1970 devido a concorrencial internacional e à substituição das fibras naturais pelas fibras sintéticas. No caso do algodão, a crise foi agravada pela praga do bicudo que dizimou completamente a produção algodoeira em toda a região semiárida. Eram

estão concentradas nos dois principais polos urbanos do Estado: João Pessoa e Campina Grande, empregando cerca de três quartos da PEA estadual, principalmente com baixos níveis de remuneração (FONTGALLAND, 2006). Disso resulta um elevado nível de pobreza no Estado. No território paraibano aproximadamente 68% dos municípios se encontram com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 0,500-0,555. A maioria destes Municípios se encontra na Mesorregião da Borborema (PNUD, 2013).

A mesorregião da Borborema, com área de 15.489,30 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 17,88 hab/km<sup>2</sup>, a menos populosa do Estado da Paraíba, subdivide-se em quatro Microrregiões, Cariri Oriental, Cariri Ocidental, Seridó Ocidental Paraibano e Seridó Oriental Paraibano, que compartilham 44 municípios dos 223 municípios existentes na Paraíba.

A Mesorregião da Borborema recebe essa denominação por se encontrar no planalto da Borborema da região Nordeste, fica entre as mesorregiões do Agreste Paraibano e do Sertão paraibano e inicia sua formação no Estado de Alagoas e se estende até o Rio grande do Norte, com alturas médias entre 400 aos 800 metros e terrenos cristalinos, sendo um divisor de águas desfavorecendo o acúmulo hídrico, além disso, os solos rasos e pedregosos somados à aridez dificultam a agricultura na região (BRANCO, 2003), favorecendo a salinidade do solo, ficando sujeitas ao processo de desertificação, Segundo Conti (1998):

O processo de desertificação ocorre quando os ecossistemas perdem sua capacidade de regeneração, verificando-se a rarefação da fauna e a redução da superfície coberta pela vegetação, seguida do empobrecimento dos solos e da salinização. A ação do homem quase sempre está na origem dessa modalidade de desertificação através da retirada predatória - e em grande escala - dos recursos, daí porque é também chamada de desertificação antrópica. (CONTI, 1998, apud SANTOS, 2003, p. 2)

Na Borborema, a vegetação predominante é a caatinga hiperxerófila<sup>2</sup>, a qual se adapta a carência hídrica, favorecendo a formação de plantas com caules suculentos, como as cactáceas.

---

essas duas lavours que davam densidade à economia das mesorregiões situadas na porção semiárida da Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997).

<sup>2</sup> Vegetação de clima semiárido, formada por arbustos espinhosos, resistentes à seca em virtude de possuir raízes absorvedoras de água nas camadas mais profundas do solo. É uma vegetação caducifólica, com folhas pequenas. Nos períodos de seca, essa vegetação perde completamente as folhas. Ela se faz presente nas áreas de maior aridez do Nordeste, como é o caso da mesorregião da Borborema.



O município que se destaca na Borborema paraibana é o de Monteiro, desmembrado do território de São João do Cariri em 1872. Seu processo de povoamento inicia-se no final do século XVII, com a expansão da pecuária ultra extensiva, comandada pela família Oliveira Ledo (TARGINO, 2004). A origem da cidade de Monteiro é identificada com a instalação de uma fazenda de gado, em 1800, por Manuel Monteiro do Nascimento que cedeu parte da sua fazenda, chamada Lagoa do Periperi, para a construção da Capela de Nossa Senhora das Dores. A proximidade do Rio do Meio e a 300 metros do Rio Paraíba, atraiu habitantes para formação do povoado que, em 1840, recebeu o nome de Povoação da Lagoa e posteriormente Alagoa de Monteiro, até virar Município de Monteiro (SEBRAE, 1997).

Conforme dados dos IBGE, o Município de Monteiro tem uma área territorial de 986.356 Km<sup>2</sup>, maior extensão territorial dos municípios do Estado da Paraíba. Localiza-se na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, está aproximadamente a 320 Km da Capital, João Pessoa, com população de 30.852 habitantes e 66% da população vivendo em meio urbano (IBGE, 2010). O município possui clima semiárido, com a caatinga como seu bioma característico. Apesar de situar-se às margens do rio do Meio, como se trata de rio temporário, havia escassez de água na estação seca, foi necessária a construção de açudes para o abastecimento d'água. Existem no município quatro açudes, Poções, Pocinhos, Serrote e São José. Atualmente o município está sendo beneficiado com a transposição das águas do Rio São Francisco.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Monteiro é de 0,625, bem acima da maioria dos municípios paraibanos (PNUD, 2013). O produto Interno Bruto no município, em 2014, era de R\$ 343,9 milhões que corresponde a 0,48% do PIB da Paraíba, proporcionando um PIB per capita de R\$ 10.583,98. Em 2010, 47,67% da população tinha renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo, 33,48% com renda de ½ até 1 salário mínimo e 11,98% com renda de 1 a 2 salários mínimos, evidenciando uma forte concentração de renda (IBGE, 2010). Em 2003, o percentual da população municipal que se encontrava abaixo da linha de pobreza era de 58,97%.

Segundo o IBGE, em 2014, destacava-se na economia municipal o setor de serviços que contribuía com 87,2% do PIB municipal. O setor industrial tinha uma

participação de 10,1%, seguido da agropecuária com 2,7% do PIB. No setor de serviços, ganha dimensão o segmento público, pois 82% do PIB municipal em 2015 era proveniente de fontes externas, vale dizer das transferências intergovernamentais de renda. Além das repartições estaduais e municipais, Monteiro recebeu nos últimos anos um campus da Universidade Estadual da Paraíba e outro do Instituto Técnico da Paraíba, reforçando a importância do setor público no município. De acordo com o Cadastro da Federação das Indústrias da Paraíba, havia, em 2016, 27 estabelecimentos industriais, dentre os quais a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro LTDA, responsável pelo beneficiamento da produção do leite do município. Quanto ao setor primário, além da pequena participação no PIB ele apresenta pouca diversificação em termos de lavouras cultivadas. De acordo com a pesquisa agrícola municipal, em 2015, o município produziu apenas quatro lavouras temporárias (batata-doce, feijão, milho e tomate), num valor de R\$ 515 mil, correspondente a 0,03% do valor da produção de lavouras temporárias do Estado. Tal resultado reflete a seca prolongada sofrida pelo município desde 2011. Quanto à pecuária, em 2015, os principais rebanhos são o bovino com 17.650 cabeças e o caprino com 23.310. A produção pecuária é relativamente melhor situada do que a de lavouras temporárias no contexto estadual: o rebanho bovino (17.650) correspondia a 1,5% e o de caprino (23.310) a 4,6%. O efeito da seca sobre a pecuária municipal também se fez sentir, pois os rebanhos bovino e caprino, em 2015, correspondiam a 84% e a 82%, respectivamente, do total desses rebanhos em 2010.

Nos últimos anos, a caprinocultura teve um avanço significativo no mundo. O Brasil se encontra na 22ª posição no ranking mundial em relação à criação de caprinos, cerca de 8.851.879 animais, sendo a China o maior criador mundial de cabras chegando seu rebanho a representar, em 2013, 18,19% do total mundial (SKAPETA e BANDIPIS, 2016). Os maiores rebanhos mundiais se encontram em países em desenvolvimento (FAO, 2015).

A Caprinocultura se destaca como atividade alternativa produtiva relevante nas áreas submetidas à estiagem e à ampla variação climática. Além disso, é uma atividade que pode ser explorada nas pequenas unidades de produção familiar por necessitar de menor capital de investimento e facilidade de manejo, apresentando-se mais eficiente produtivamente, em relação à bovinocultura (FAO, 2015).

Mesmo com as limitações hídricas, altas temperaturas, características do solo desfavoráveis para agricultura no Nordeste brasileiro, a caprinocultura constitui uma alternativa para agricultura familiar nordestina, concentrando o rebanho caprino brasileiro. O Estado da Bahia concentra 60% das cabeças de cabra do Nordeste, com 2.637.249 caprinos, seguido por Pernambuco (27%), Piauí (14%), Ceará (13%), Paraíba (6%), Rio Grande do Norte (5%), Maranhão (4%), Alagoas (1%) e Sergipe (0%) (IBGE, 2015).

A pecuária de médio porte (caprinos, ovinos, e suínos) na Paraíba tem forte concentração na mesorregião da Borborema, particularmente nas microrregiões do Cariri Oriental e Ocidental e no Curimataú Ocidental, sendo perfeitamente adaptada às condições climáticas naturais do Nordeste, vantagem relativa, sendo um dos pontos favoráveis para continuidade do desenvolvimento socioeconômico na região.

Chama-se a atenção para o fato de que tudo pode ser aproveitado da caprinocultura: carne e leite para alimento humano, pelo do animal para fabrico de pinceis, o couro é muito utilizado no artesanato e na confecção de roupas e calçados e até mesmo os excrementos dos animais são usados como adubo.

Este estudo tem a intenção de analisar as principais Políticas Públicas, que visam regulação da oferta e demanda dos arranjos produtivos advindos da Caprinocultura, beneficiando a agricultura familiar do município de Monteiro, na região da Borborema e no estado da Paraíba, políticas com o objetivo de aumentar o bem-estar social com geração de renda e sendo uma escapatória para o êxodo rural nesta região paraibana, devido suas restrições naturais.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a evolução e a organização da caprinocultura do município de Monteiro, no período de 2010 a 2015.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Identificar os criadores de cabra e os arranjos produtivos presentes na caprinocultura do município de Monteiro-PB.
- Destacar as instituições públicas e privadas que contribuem para a caprinocultura da mesorregião da Borborema.
- Analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Leite na sustentabilidade dos núcleos familiares criadores de cabra no município de Monteiro, entre os anos de 2010 e 2015.

## **1.3 Composições do trabalho**

Além dessa introdução, o trabalho é composto por mais quatro seções e pela conclusão. A segunda seção aborda uma breve explanação da literatura teórica e empírica que serve de base na elaboração da pesquisa. A terceira seção mostra o desenvolvimento do PAA/Leite, principal política de sustentabilidade da caprinocultura. A quarta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados para responder os objetivos. Na quinta seção, são apresentados os resultados encontrados. E, por último, são expostas as conclusões do trabalho.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este capítulo tem como finalidade fundamentar as análises da dinâmica da caprinocultura no município estudado, procurando estabelecer as relações entre desenvolvimento econômico, o nível de renda e de produção, nas unidades familiares, bem como destacar a importância das políticas públicas no incentivo à produção e à geração de renda.

### **2.1 Literatura Teórica**

De acordo com Bresser-Pereira, o conceito de desenvolvimento baseia-se em experiência histórica da formação dos estados-nação que experimentaram a Revolução Capitalista. É entendido um processo de crescimento sustentado da renda per capita, propiciado pelo aumento da produtividade decorrente da acumulação de capital e da incorporação do progresso tecnológico, viabilizando melhoria na qualidade de vida da população (PEREIRA, 2006). É, portanto, um conceito histórico.

Conforme Pereira (2006), o aumento de produtividade, com a geração de maiores salários e conseqüentemente melhor qualidade de vida. Além do mais, as nações mais desenvolvidas com um alto nível de educação não compartilham a fórmula do seu desenvolvimento, protegendo suas propriedades intelectuais de produção que envolva um maior valor agregado adicionado. Pereira (2006) diz também, que a melhor forma de mensurar o desenvolvimento é utilizar a renda por habitante, principalmente se comparar cestas de mercadorias ao invés de taxa de câmbio entre nações.

O objetivo sem dúvida do processo de desenvolvimento é a melhoria do padrão de vida, mas não garante a distribuição de renda igualitária e pode ser extremamente injusto:

A médio prazo, o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida da população, mas daí não se

pode deduzir que o desenvolvimento produza em termos práticos a constituição de uma sociedade mais igualitária. Pelo contrário, historicamente, temos longos períodos em que o desenvolvimento econômico é claramente concentrador de renda, e, no curto prazo, pode mesmo implicar em deterioração desses padrões. (PEREIRA, 2006, pg.11)

Pereira (2006) afirma que no desenvolvimento histórico das nações, o que se percebeu foi uma sequência de ideais, primeiramente a busca da ordem, depois, da liberdade, a busca do desenvolvimento econômico, da justiça social, e por fim, da proteção da natureza, mas segundo pereira, pode-se desenvolver este o conjunto por completo, concomitantemente.

As doutrinas de desenvolvimento econômico são variadas, não existindo uma teoria padrão, pois são explanados de diferentes formas em aspectos sociais, políticos, demográficos, econômicos e culturais.

O título da principal obra de Adam Smith (Um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações) deixa explicitado que a preocupação principal da ciência econômica é o desenvolvimento econômico. Para ele a riqueza de uma nação está estritamente ligada ao bem estar de seu povo:

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível. (SMITH, 1985, p. 101)

Para alcançar a riqueza, Smith defende o livre comércio como condição imprescindível. Nesse processo, as trocas externas desempenham um papel importante, pois tanto para as pessoas quanto para os indivíduos é mais vantajoso comprar mais barato do que mais caro, isto tanto no âmbito interno quanto externo (SMITH, 1985). Para fundamentar essa afirmação ele elabora a Teoria das Vantagens Absolutas, segundo a qual cada nação deveria se especializar naquilo que produzisse de forma mais eficiente, produzindo com um menor custo (CLEMENTE,1994). Dessa forma deixava a especialização e o comercio ligados definitivamente, pois deveria se especializar em algum produto, deixando e produzir outro ou diminuindo sua produção em proveito daquele em que se especializou, contrariando, na época, o pensamento mercantilista, onde a politica econômica das

nações deveriam incentivar as exportações e colocar barreiras às importações, sempre em busca de um superávit comercial.

Essa abordagem foi aprimorada por Ricardo que desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas (CLEMENTE, 1994). Segundo ele, os países devem comparar as produtividades relativas, obtendo vantagem ao se especializar na produção dos produtos em que são comparativamente mais eficientes. O princípio das vantagens Comparativas explica as relações comerciais entre Países, Regiões ou pessoas do ponto de vista comercial e econômico, sendo um mais produtivo que o outro em determinada fabricação de bens. Focando na Produção de bens, na Produtividade, acertando a demanda e custo de fabricação.

Esse princípio também deve se aplicado às regiões de um mesmo país. A Região pode se beneficiar da especialização do setor vantajoso, visando a vantagem na produção específica, sendo eficiente na negociação dos produtos em outras regiões. Então sempre um país ou região terá destaque em alguma cadeia produtiva em relação ao outro, podendo assim ter relações comerciais por via da vantagem comparativa.

Essa abordagem foi contestada por vários autores como Myrdal (1972). Com base no princípio da causação circular acumulativa, afirmava que a defasagem entre nações ricas e pobres tenderia a se aprofundar. Nessa mesma direção, Singer (1979, pag. 32) afirma que: “O desequilíbrio entre os países ricos e pobres não podem se corrigidos por mecanismos automáticos, que operem entre si”.

Singer (1979) ainda afirma que o complicado do desequilíbrio econômico é o chamado hiato tecnológico, onde é mais fácil para regiões ricas ter um progresso econômico mantendo altos níveis de emprego, produção, consumo e investimento. Além de afirmar que o comercio não reflete os pressupostos da teoria das vantagens comparativas. Uma região pobre tem que ter consciência da dificuldade do relacionamento dos fatores estruturais e fatores de produção, que é preciso crescimento mais mudança para obter desenvolvimento:

Para iniciar um processo de desenvolvimento sustentado é preciso, portanto, [a] alterar o padrão existente de relações econômicas de maneira que o dinamismo liberado da estrutura econômica induza ao crescimento da produção, [b] tornar este crescimento da produção auto-sustentado e [c] difundi-lo pelos diversos setores e grupos da população, especialmente os que se situam abaixo da linha da pobreza. SINGER (1979, p.33).

Para Holanda (1979), não estamos dispostos a aceitar a complexidade da desconcentração econômica e do processo de desenvolvimento regional, culpando o fracasso das políticas públicas adotadas no Nordeste brasileiro. O autor critica o mito da normalidade de equilíbrio econômico, segundo o qual as atividades deveriam distribuir-se de forma equilibrada no espaço geográfico, pois em economia regional a regra é o desequilíbrio sendo uma tendência natural do sistema econômico a piora da desigualdade.

As forças de mercado tendem a polarizar os recursos e fatores de produção. As regiões ricas se tornam cada vez mais ricas e as regiões pobres cada vez mais pobres. A tendência natural ao desequilíbrio na distribuição de renda, pelo irresistível força de atração do pólo desenvolvido, cria nas áreas periféricas o conhecido círculo vicioso do atraso e pobreza, tornando assim particularmente difícil e penoso a execução de qualquer política de desenvolvimento. De acordo com a tese de MYRDAL, três grupos de fatores determinam os desequilíbrios regionais,

a) Fatores básicos ou causais, que dizem respeito às origens mais remotas do fenômeno de diferenciação econômica regional e que podem ser considerados como exógenos ou autônomos em relação ao sistema econômico sobre que atuam; incluem-se nesta categoria a pobreza relativa de recursos naturais de uma região, bem assim os acidentes históricos que, de uma forma ou de outra, dão início a um processo de crescimento, criando em seu torno uma vasta área dependente ou periférica;

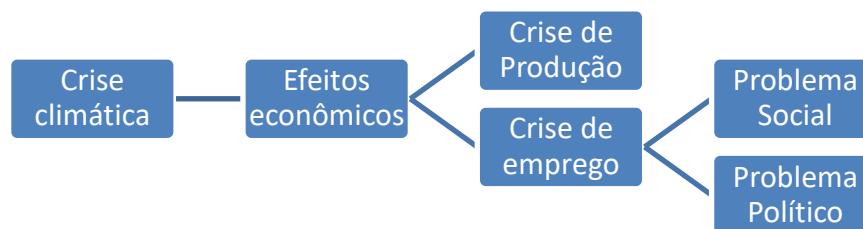
b) Os fatores de reforço ou sustentação, que são endógenos ou inerentes ao processo de desenvolvimento, tais como chamado efeitos regressivos, decorrentes das relações de dependência que se estabelecem entre pólo desenvolvido e as regiões que lhes são tributárias;

c) Os fatores compensatórios correspondentes às intervenções no sistema econômico com o objetivo de corrigir ou alterar as tendências normais do jogo de mercado. É o caso da política governamental com objetivos de promoção de desenvolvimento regional. (HOLANDA, 1979, p. 26):

A região Nordeste é caracterizada como uma região marginal na realidade brasileira. Além dos diferenciais de rendas entre ela e as regiões Sul e Sudeste, conforme já constatados desde a segunda metade do século XX (GTDN, 1967), o Nordeste apresenta deficiências do quadro natural, particularmente marcado pelo fenômeno das irregularidades climáticas agravadas pelas secas periódicas. De acordo com Holanda (1979), as crises climáticas têm efeitos econômicos (afetando a



produção e o emprego), efeitos sociais (aumento da pobreza) e políticos (fortalecimento do coronelismo), conforme esquema apresentado na Fig. 1



**Figura 1-** Crise climática.

Fonte: Elaboração própria com base em Holanda (1979).

As diferenciações no nível de desenvolvimento não ocorrem apenas em termos espaciais. Elas também se fazem presentes entre os tipos de produtores. No caso da agropecuária, há fortes variações na organização da produção, dependendo do estrato da propriedade. Souza (2015) ressalta a lógica na organização e na reprodução no espaço dos pequenos produtores rurais, que se mostra completamente diferente da lógica das unidades produtivas maiores que se encontram integradas ao mercado, e que se organizam sob a lógica do lucro.

Mesmo com o capitalismo avançando, a produção camponesa vem se mantendo no cenário produtivo para abastecimento do mercado interno, contribuindo para a segurança alimentar e para a geração de emprego. Desse modo, a realidade mostra a permanência desse tipo de atividade, não confirmando a previsão de tendência à extinção desse segmento produtivo (LENIN, 1982; KAUTSKY, 1972), sendo o tipo de agricultura que mais mantém as pessoas ocupadas no campo brasileiro.

No entanto, para que a agropecuária familiar possa enfrentar a concorrência dos grandes estabelecimentos, conforme Kautsky (1972) dois caminhos são possíveis: de um lado, o suporte do Estado através de políticas voltadas especificamente para esse segmento produtivo e, de outro lado, a formação de cooperativas de pequenos produtores rurais.

## 2.2 Literatura empírica

A agricultura familiar na economia brasileira é responsável por: a) fornecer e abastecer o mercado interno; b) contribuir para segurança alimentar; e c) garantir a geração de emprego direto. (SOUZA, 2015)

Segundo Moreira e Targino (1990), na Paraíba, a produção familiar rural é relevante para a geração da produção quanto para a absorção de mão-de-obra. Apesar das propriedades com menos de 50 hectares deterem apenas 27,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários, elas contribuem com 58,8% do total do valor da produção agropecuária estadual, por 41,8% do valor da produção animal e 63,2% da produção vegetal (IBGE, 2006). Chama também a atenção o fato dos estabelecimentos familiares com menos de 50 hectares serem responsáveis por 53,2% dos investimentos realizados e por 66% do valor total dos financiamentos obtidos (IBGE, 2006). Na produção pecuária, segundo Targino: “os pequenos estabelecimentos têm uma importância muito superior ao da sua participação na área agrícola estadual”. Muitas unidades familiares de produção têm que complementar sua renda, por ser insuficiente para sobrevivência, com outras atividades produtivas afirma Souza (2015).

Determinar uma formula padrão para definir o pequeno produtor não é uma tarefa fácil. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996, definem em documento, critérios que distinguir uma estrutura agrária familiar de uma empresa agrícola (fazendas patronais), são eles:

- a) O tamanho da propriedade não pode ser superior a quatro módulos rurais;
- b) A principal fonte de renda familiar deve ser a atividade exercida no estabelecimento familiar;
- c) A atividade deve ser desenvolvida com a mão de obra familiar, podendo haver a contratação de até dois trabalhadores assalariados;

Os critério para definir os pequenos produtores ajudam a direcionar as políticas públicas, modificando sua realidade no tempo e no espaço, implementadas por

pressões dos movimentos populares para melhorar as condições estruturais (SOUZA, 2015).

As ações públicas vêm garantir a continuidade do pequeno produtor no processo de abastecimento alimentar do mercado interno e resistência ao comércio exploratório. Mas o fator interessante é que o envolvimento das administrações municipais com as políticas públicas para o desenvolvimento do setor agropecuário é diminuto, destinando, em média, 1% do orçamento municipal para essa finalidade (TARGINO e MOREIRA, 1998).

### **3. METODOLOGIA**

A escolha do município de Monteiro, analisado neste trabalho de conclusão do curso, deve-se a três fatores básicos: a) detém o maior índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da mesorregião da Borborema, destacando-se economicamente; b) possui o maior rebanho de caprinos do Estado da Paraíba; c) Foi um dos primeiros municípios a ter apoio via Programa de Desenvolvimento Emprego e Renda (PRODER). O estudo centra-se na análise da caprinocultura, no sentido de deslumbrar a necessidade de formulação de políticas públicas emergenciais e imediatas em favor da maior produtividade desta atividade, tendo em vista a sua importância para a produção familiar rural.

Como é sabido, o processo de produção da caprinocultura, adapta-se bem às limitações do quadro natural da mesorregião, particularmente ao enfrentamento dos prologados ciclos de estiagem, além de contribuir para qualidade de vida da população regional.

Definir os caminhos a perseguir para alcançar o desenvolvimento econômico das unidades familiares da região, contando com suas restrições, através da implementação do arranjo produtivo da caprinocultura é um percurso complexo e gradual. Deve ser observado o relacionamento entre a organização e seu ambiente interno e externo com o intuito de identificar as ameaças e oportunidades advindas do seu processo produtivo e de comercialização.

Os procedimentos metodológicos adotados compreendem tanto o levantamento de informações secundárias quanto primárias, tendo uma abordagem quantitativa e qualitativa. As informações secundárias consistem tanto no levantamento bibliográfico sobre a temática quanto na coleta de dados secundários. Os dados secundários foram levantados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente incorporado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

São dados relacionados com o efetivo do rebanho e produtos derivados (leite, couro e queijo). No MDS e MAPA foram buscadas informações relacionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Leite) e o montante de recursos destinados aos produtores de Monteiro no período de 2010 a 2015<sup>3</sup>.

A pesquisa de campo foi realizada com base em entrevistas (Apêndice “A”) com pequenos produtores rurais, *in loco*, que exploram a caprinocultura no município de Monteiro. A atividade foi precedida por um levantamento junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local a respeito do número de criadores de cabra no município.

As entrevistas com os produtores familiares abordaram os seguintes eixos: processo produtivo; os custos de produção; o mercado a que se destinam os produtos; assistência técnica; contribuição da caprinocultura para formação de renda familiar. Foram realizadas 30 entrevistas com produtores indicados tanto pelos técnicos da Emater quanto por técnicos da CAPRIBOM.

Foram também realizadas entrevistas com membros dos principais órgãos responsáveis pela caprinocultura no município de Monteiro, a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Cooperativa de criadores de cabra da região para identificar os produtores e produtos comercializados. Foram feitos também contatos com setores do nível Municipal, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE “B”) com utilização de gravação, envolvendo perguntas em relação a normas, gerenciamento, monitoramento, distribuição, oferta e demanda dos produtos da caprinocultura.

---

<sup>3</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado através da Lei 10.696 de julho de 2003, que visa incentivar pequenos produtores.

#### **4. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROPECUÁRIA FAMILIAR**

Como foi ressaltada na fundamentação teórica, a agropecuária familiar por si só tem dificuldades de enfrentar a concorrência dos grandes estabelecimentos rurais. Ela pode até permanecer no contexto das economias capitalistas, mas sobrevivendo com um nível de pobreza significativo das suas unidades produtivas (KAUTSKY, 1972). Daí a necessidade de haver políticas públicas que lhe deem sustentação seja em termos de suporte produtivo seja em termos de transferência de renda. No Brasil, até pouco tempo, as políticas públicas voltadas para o setor agropecuário eram dirigidas principalmente para os grandes estabelecimentos (SAYAD, 1984). Só a partir da redemocratização foi que surgiram as iniciativas mais destacadas para a pequena produção, com o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo Sarney. Apesar do fracasso dessa iniciativa (SILVA, 1987), ele foi um marco importante na reorientação da ação do Estado em relação a esse segmento produtivo, como também possibilitou a reorganização dos movimentos sociais que passaram a reivindicar ações mais eficazes do Estado. Para dar suporte aos trabalhadores assentados, o Governo Sarney criou o Procerá (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), que se destinava a financiar as atividades nos Projetos de Assentamento.

Durante o Governo de FHC, podem ser destacadas as seguintes medidas: a) continuidade da política de reforma agrária, que tinha sido retomada pelo Governo de Itamar Franco após a paralização da mesma durante o Governo Collor; b) política de assistência técnica aos trabalhadores assentados através do Projeto Lumiar; c) criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como resposta à pressão dos movimentos sociais expressa no Grito da Terra de 1995; e d) PROGER Rural que visava fortalecer a agricultura familiar através de financiamento do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

É no Governo Lula e no Governo Dilma que se estabelecem políticas mais efetivas de suporte à agricultura familiar, seja ampliando as já existentes seja criando novas políticas a exemplo: ampliação do Pronaf seja em termo de cobertura, seja em termo do montante destinado a empréstimo, seja, ainda, em novas modalidades do Pronaf (Pronaf Mulher; Pronaf Jovem; Pronaf Agroecologia; Pronaf

Agroindústria, Pronaf Semiárido, etc.); Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) etc. Esses programas passaram a integrar o Programa Fome Zero. Dentre esses Programas, tendo em vista o objeto deste estudo, merecem uma atenção especial o Pronaf e o PAA.

Em 1995, O Grito da Terra organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) teve como reivindicação principal a criação de um programa de crédito para a agricultura familiar. Organizou o Grito da Terrafoi implementada a Política Publica voltada para os agricultores Tratava-se na verdade de expandir o Procefa para todos os trabalhadores familiares. Essa pressão dos trabalhadores resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o objetivo de promover o desenvolvimento de forma sustentável, aumentar a capacidade produtiva e abertura de emprego e renda no intuito de melhorar a qualidade de vida, além de tentar aumentar a produtividade com implementação de desenvolvimento tecnológico com atenção a proteção ao meio ambiente. (BRASIL, 1996).

Em 2002, último ano do Governo FHC, o total de recursos financiado pelo Pronaf foi de 2,4 bilhões com um total de 829 mil contratos assinados, atendendo 4.539 municípios. Em 2010, último ano do Governo Lula, foram assinados 1.585 mil contratos num valor de 11,9 bilhões de reais, sendo atendidos agricultores de 5.379 municípios (.BANCO CENTRAL, 2002 e 2010).

Em 2003, outro forte Programa foi criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Programa Fome Zero (PFZ), com o objetivo de erradicar a miséria via transferência de renda, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar e convivência com o semiárido (Suplicy, 2003). Esse programa deu uma nova injeção de recurso e um novo rumo para o PRONAF.

No mesmo ano, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), integrado ao Programa Fome Zero, através do artigo 19 da Lei Nº 10.696, de 02 de Julho DE 2003. De acordo com a Lei, o PAA tem os seguintes objetivos:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessária, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

De fato, a criação do PAA representou um estímulo importante para a agricultura familiar ao garantir um mercado para a comercialização do seu excedente, isto é assegurando estabilidade de preço e de demanda para os seus produtos. Com a implementação do PAA, as regiões mais interioranas começaram a sofrer mudanças por ter opção de sustentabilidade, reduzindo, inclusive, o fluxo migratório (TARGINO e MOREIRA, 2008).

O PAA se divide em seis modalidades: Compra com doação simultânea (compra da produção agrícola familiar e doação a entidades socioassistencial); Compra Direta (sustentar preço, constituindo estoque); Formação de Estoque (apoio financeiro a constituição de estoque visando agregar valor ao produto); Aquisição de Sementes; Compra institucional (despensa de licitação para órgãos públicos na aquisição dos alimentos da agricultura familiar suprindo a demanda de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, creches, escolas entre outros). (veja Quadro 1)



Quadro 1 – Modalidade do Programa Aquisição de Alimentos (PAA)

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: BRASIL, 2014

Em destaque, a modalidade PAA/Leite incentiva a produção e o consumo de leite, com a sua distribuição para escolas, creches, hospitais e para famílias que estejam em vulnerabilidade social. O PAA/Leite tem um limite de R\$ 4.000,00 por semestre por unidade familiar tendo como fonte de recurso o ministério de desenvolvimento social (MDS), os estados conveniados são responsáveis por controlar os laticínios, o programa engloba os Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. (BRASIL, 2014).

A ação de apoio à agricultura familiar do PAA foi reforçada, em 2009, com a Lei 11.947 que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A lei designava que do total dos recursos repassadas aos estados e municípios 30%, no mínimo, deveriam ser para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, unindo de vez, a alimentação familiar à produção familiar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (BRASIL, 2014)

A articulação do PRONAF, PAA e PNAE assegurou a cadeia produtiva desta produção até o consumo, regulando oferta e demanda, fomentando o incentivo ao desenvolvimento rural e evidenciando a importância das Políticas Públicas voltadas para sustentabilidade no meio rural onde haja situações adversas.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os dados levantados durante a pesquisa de campo, realizada no município de Monteiro. Foram entrevistados 30 caprinocultores, além de técnicos da Emater e de representantes da Capribom.

### 5.1 Perfil do caprinocultor

Segundo os técnicos da EMATER, atualmente, existem cerca de 230 produtores aptos, com DAP ativo, para fornecer leite de Cabra no Município de Monteiro. Desse total foram pesquisados 30 criadores de cabra que fornecem leite para a Capribom. Foi aplicado um questionário (Apêndice “A”) aos caprinocultores indicados por técnicos da EMATER e da cooperativa Capribom. Com base nesses dados foi possível traçar o seguinte perfil dos caprinocultores do município.

Apenas um entrevistado mora na zona urbana de Monteiro e apenas um era solteiro. Dos entrevistados, 04 eram mulheres responsáveis pelo DAP, portanto, 86,6% eram homens, evidenciando a predominância masculina entre os criadores.

Quanto à idade, como pode ser visto na Tab. 1, predominam os trabalhadores idosos, com um terço dos produtores possuindo mais de cinquenta anos.

Tabela 1 – Monteiro: Idade dos caprinocultores pesquisados - 2017

Classes de idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
20 – 30	1	3,3
30 – 40	6	20,0
40 – 50	4	13,3
50 – 60	7	23,3
60 – 70	8	26,7
70	4	13,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa direta.

As famílias são formadas por poucas pessoas (veja Tab. 2), apenas 4 famílias têm 5 pessoas. Dados que indicam a migração dos jovens.

Tabela 2 – Monteiro: Tamanho das famílias pesquisadas – 2017

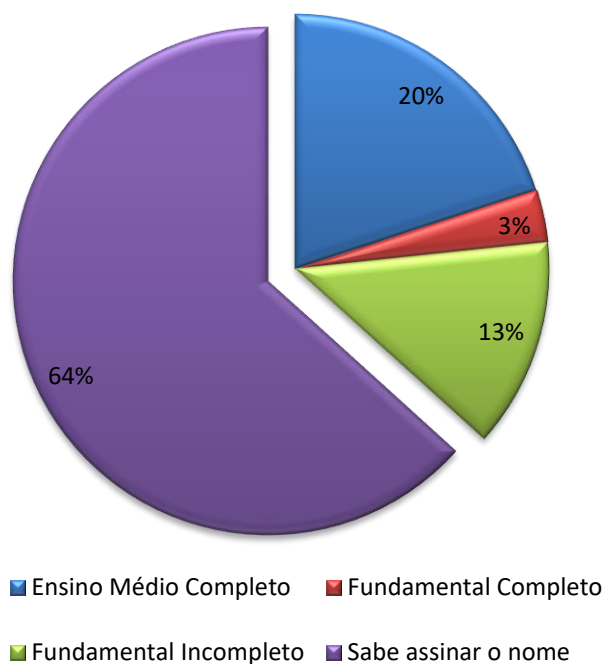
Número de pessoas na residência	Frequência absoluta	Frequência relativa
02	07	23,3
03	10	33,3
04	09	30,0
05	04	13,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa direta.

O êxodo rural ainda é muito presente, confirmado pela pesquisa com dados das idades e residentes nos domicílios (veja Tab. 1 e 2). Os jovens vão para os centros urbanos como Campina Grande por causa da proximidade com o Município de Monteiro para tentar melhores condições de ensino e melhores condições de trabalho e renda, além de fugir da estiagem.

A pesquisa mostra a baixa participação dos jovens, mas segundo os técnicos da EMATER, os filhos dos produtores participam da produção e recentemente o governo implantou políticas de incentivos voltadas para os jovens, como o “DAP jovem”, que é anexado ao DAP popular, tendo direito a recursos do PRONAF e implantação de cursos técnicos na região ofertados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como técnico em veterinária e técnico em agricultura para pessoas entre 15 a 29 anos.

O nível de escolaridade dos entrevistados é bastante baixo. Dos caprinocultores entrevistados 63,33% sabem apenas assinar o nome, expressando um baixo nível de escolaridade, podendo ter correlação com a idade dos entrevistados, pois nota-se que os mais novos, filhos dos entrevistados tem um maior domínio da língua portuguesa (veja Graf. 1).



**Gráfico 1** - Nível de escolaridade dos criadores de Cabra no Município de Monteiro.  
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

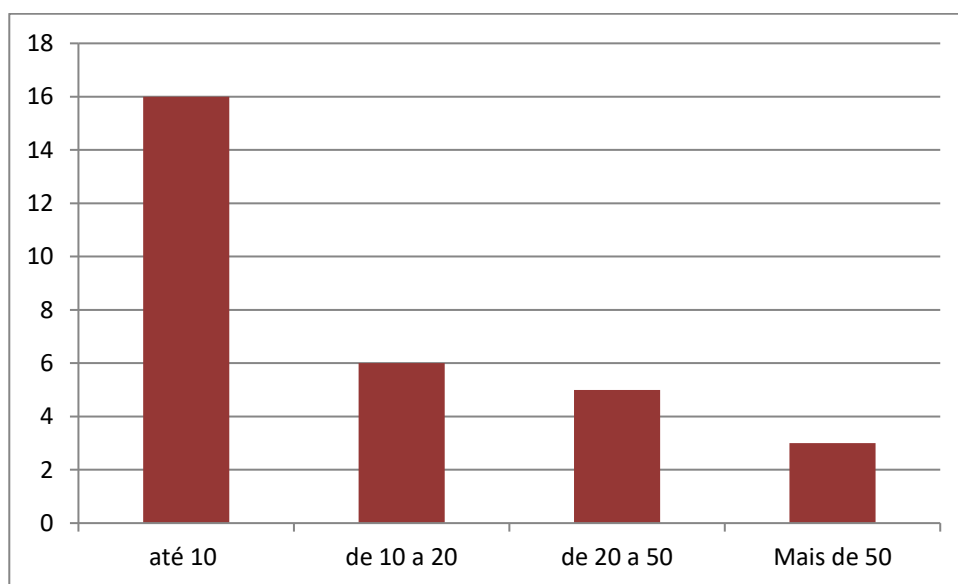
Não houve entrevistado que contrate mão-de-obra para auxiliar no manejo com as cabras, mas que existe uma ajuda mútua de pessoas de outros sítios e filhos quando precisam.

Todos os entrevistados fornecem leite de cabra para a cooperativa Capribom via PAA/leite. Todos acham bom o valor disponibilizado pelo programa, mas a cota estipulada pelo Governo é insuficiente para absorver o excedente dos criadores, todos tem assistência técnica e estão se capacitando com formação continuada.

A renda média obtida na Caprinocultura está entre R\$ 500 a R\$ 700 mensal para totalidade dos entrevistados, considerando a cota do PAA/leite de R\$ 4.000 no semestre, acrescidos de alguns descartes de animais (venda). Quando nasce um cabrito, ele é vendido com 15 a 20 dias de vida para engorda ou para o abate.

No Gráfico 2, observa-se que a propriedade da maioria dos produtores (73% dos entrevistados) tem até têm até 20 hectares de terra para criar as cabras e outros animais, além das plantações, indicando uma tendência ao sistema semi-intensivo

da pecuária. A extensão territorial da propriedade de 53% dos entrevistados não passa de 10 hectares, fortalecendo a tendência aos minifúndios (veja Graf. 2).



**Gráfico 2 – Tamanho das propriedades dos criadores de Cabra de Monteiro-PB.**

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Todos os produtores entrevistados reservam um espaço em suas propriedades para plantação de palma e capim elefante, o principal alimento do caprino. Alguns complementam a alimentação do animal com farelo (milho, soja e trigo) e torta de algodão, quando necessário. As principais vacinações são disponibilizadas pelas associações: vergumização, raiva e clostidiose (morte súbita).

A pesquisa foi realizada na euforia do município estar recebendo a transposição do rio São Francisco no município, onde há uma adutora bem na entrada da sede do município (veja Fotos 1 e 2).,



**Fotos 1 e 2 – Transposição do Rio São Francisco em Monteiro-PB (2017).**

Fotos do autor.

A chegada das águas encheu de ânimo os produtores, embora os principais beneficiados serão os municípios onde passa o canal da transposição. Durante as entrevistas, escutei muito dos moradores: “não vamos mais morrer de sede!”. Existe uma forte consciência sobre a forma de utilização da água, ressaltando o objetivo de dar suporte aos humanos e matar a sede dos animais.

## **5.2 Estruturas Institucionais da Caprinocultura em Monteiro**

### **5.2.1 A atuação da EMATER**

A principal instituição de apoio à caprinocultura municipal é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB)<sup>4</sup>, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado<sup>5</sup>. São objetivos básicos da EMATER – PB:

- I - Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência Técnica e extensão no Estado;
- II - Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do estado da Paraíba, de acordo com a política de ação dos Governos Federal e Estadual. (Lei nº 6.755, de 18 de Dez de 1975).

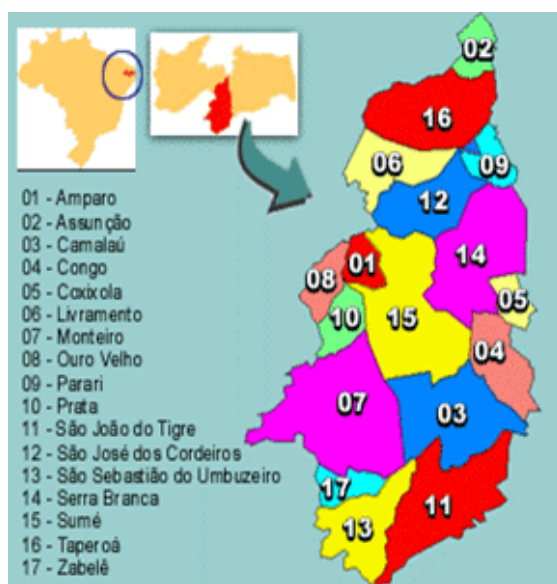
<sup>4</sup> Criada pelo Decreto Estadual número 6.755, de 18 de dezembro de 1975, assinado pelo Governador Ivan Bichara Sobreira. A Emater-PB substituiu a ANCAR-PB.

<sup>5</sup> Integrante do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER.



**Fotos 3 e 4 - Sede da EMATER em Monteiro. (2017).**  
Fotos do autor.

O escritório regional da EMATER, sediado em Monteiro é responsável pela assistência técnica na microrregião do Cariri Ocidental, composta por 17 municípios mais 04 (quatro) municípios da microrregião do Cariri Oriental, sendo um total de 21 (vinte e um) municípios, a saber: Assunção, Livramento, Taperoá, São José dos Carneiros, Amparo, Ouro Velho, Prata, Monteiro, Zabelé, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Camalaú, Sumé, Congo, Coxixola, Serra Branca e Parari, todos da região do Cariri Ocidental, e Caraúbas, São João do Cariri, Santo André e Gurjão, do Cariri Oriental (veja Fig. 1 e 2).



**CARIRI OCIDENTAL**



**CARIRI ORIENTAL**

**Figura 2 e 3 - Mapas das microrregiões dos Cariris Ocidental e Oriental.**  
Fonte: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=6824&lg=pt>. (2017)



São disponibilizados 08 (oito) técnicos da EMATER para toda a região, sendo insuficientes para cobrir todo o território. Cada município tem um carro a disposição e cota de combustível mensal. O combustível é suficiente para realização dos trabalhos, os técnicos além do atendimento do leite, realizam outras funções como a administração e distribuição de sementes, assistência técnica agroecológica e transição agroecológica, controle de adubos com utilização de formulação natural, monitoramento de chuvas, implantação de projetos como utilização de energia solar, garantia safra, projetos de credito, laudos para aquisição de credito, participação no PNAE e Formulação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Segundo o site do MDS:

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o passaporte para que agricultores e agricultoras familiares tenham acesso às políticas públicas do Governo Federal. Com o documento, é possível ter acesso a mais de 15 políticas públicas, dentre elas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; e os programas de compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente, existem 4,8 milhões de DAP's ativas no Brasil. A Bahia é o estado com o maior número de adesão com 687 mil declarações ativas. O documento pode ser emitido para pessoa física ou jurídica e públicos específicos da agricultura familiar, tais como: jovens, mulheres, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais. Os assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário também podem obter a DAP, integrando Grupo A ou A/C de enquadramento do Pronaf. Agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil são enquadrados no Grupo B do Pronaf e aqueles com renda familiar anual de até R\$ 360 mil pertencem ao Grupo Variável. (MDS, 2016).

A obtenção da DAP é indispensável para participação do PAA/Leite de Cabra. O cadastro do produtor para produção e venda do leite é feito na Secretária de Desenvolvimento Humano. Em seguida, o cadastro é enviado para a "Usina", assim chamada a Cooperativa Capribom, que também faz o cadastro do produtor enviando para o setor financeiro do estado. A EMATER-PB declara que o produtor está apto para fornecer o leite, a usina por sua vez, também declara que está apta para comprar daquele produtor. A EMATER faz uma análise para ter certeza da veracidade dos dados. Com a documentação, o técnico da EMATER visita a propriedade e fotografa os animais. Tais medidas têm como finalidade inibir as constantes fraudes identificadas no processo e relatadas pelos técnicos da EMATER.

### 5.2.2 A companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Outra importante instituição no processo é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão do Governo Federal vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. Essa empresa é responsável por gerenciar as políticas agrícolas e de abastecimento estabelecidas pelo Governo Federal. Cabe ao órgão, entre outras atribuições, fazer o levantamento de estatísticas de preços e de custo de produção no âmbito da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). Assim, é esse órgão que define o preço do leite no contexto do PAA, buscando estabelecer o equilíbrio da renda do Produtor Rural, do Agricultor Familiar e de suas Cooperativas, frente à oscilação do preço no mercado.

A Tabela 3 expõe o número de fornecedores e o montante de recursos dispendidos pelo PAA para o município de Monteiro e para o estado da Paraíba no período de 2011 a 2016.

**Tabela 3** – Número de fornecedores beneficiados e recursos disponibilizados pelo PAA para o Município de Monteiro e estado da Paraíba em 2011 a 2016.

ANO	MONTEIRO		PARAÍBA	
	Nº Fornecedores	Recursos (R\$)	Nº Fornecedores	Recursos (R\$)
2011	398	2.200.845,88	8.585	43.571.046,58
2012	683	2.281.606,81	8.269	30.140.885,37
2013	209	1.092.026,24	4.499	11.094.469,79
2014	327	2.122.422,40	4.359	17.223.770,25
2015	136	1.087.983,27	2.647	7.062.711,23
2016	444	1.168.671,87	4.108	6.168.225,47

Fonte: SAGI (2017).

A observação dos dados da Tabela 3 evidencia uma forte redução nos recursos disponibilizados tanto na Paraíba quanto no município de Monteiro. No entanto, o declínio dos recursos disponibilizados para a Paraíba foi mais intenso do que os recursos para Monteiro. No tocante ao número de fornecedores, o município de Monteiro apresenta uma maior estabilidade quando se observam os dois anos extremos da série, enquanto que na Paraíba houve uma queda substancial também no número de fornecedores.

Na tabela 4, apresenta-se uma comparação da quantidade de fornecedores beneficiados e recursos pelo PAA/Leite de cabra e PAA/Leite de vaca, no estado da Paraíba nos anos de 2011 a 2014.

É Importante salientar que o valor recebido pelos beneficiados do Programa PAA/Leite são sujeitos à variação do valor por litro de leite estipulado pelo Programa e a disponibilidade dos fornecedores de atingir a meta de R\$ 4.000,00 por semestre.

**Tabela 4** – Número de fornecedores beneficiados e recursos disponibilizados pelo PAA/Leite de Cabra e PAA/Leite de Vaca no estado da Paraíba em 2011 a 2016.

<b>ESTADO DA PARAÍBA</b>				
<b>ANO</b>	<b>LEITE DE CABRA</b>		<b>LEITE DE VACA</b>	
	Nº Fornecedores	Recursos (R\$)	Nº Fornecedores	Recursos (R\$)
2011	1249	6.707.483,00	4288	25.017.982,72
2012	1084	4.095.757,90	3458	10.455.306,68
2013 <sup>6</sup>	745	3.533.886,20	352	1.286.419,45
2014	-	7.072.053,45	-	3.657.746,72
2015 <sup>7</sup>	-	-	-	-
2016	-	-	-	-

Fonte: SAGI (2017).

Observa-se, Tabela 4, que o número de fornecedores e os valores monetários de 2011 para 2012, tanto do leite de cabra quanto do leite de vaca, sofreram quedas expressivas, declínio maior que 58% nos recursos do PAA/Leite de vaca e 39% nos recursos do PAA/Leite de cabra, tendo uma retomada no PAA/leite de cabra em 2014. Neste mesmo ano, os recursos recebidos pelos fornecedores e Leite de cabra foram quase o dobro dos fornecedores de leite de vaca, bastante diferente de 2011, que tinha 3,5 vezes mais recursos para o PAA/Leite de vaca. Talvez uma migração dos produtores, deixando de criar bovinos por causa do início dos cinco anos consecutivos de estiagem e adotando a caprinocultura, mais adaptada ao semiárido.

Outro levantamento importante que podemos usufruir das Tabelas 3 e 4 é a relevância da modalidade PAA/Leite em relação às outras modalidades do PAA na Paraíba, onde o PAA/Leite em 2011 adquiriu um montante de R\$ 31.725.465,72

<sup>6</sup> Os dados do ano de 2013 adquiridos na plataforma do SAGI (MDS), expostos na Tabela 4, apresentam uma queda expressiva nos valores, pois estão faltando vários municípios na sua contabilização.

<sup>7</sup> Nos anos de 2015 e 2016, não foram disponibilizados quantitativo de fornecedores e valores dos recursos ao estado da Paraíba pela plataforma SAGI.

absorvendo mais de 70% dos recursos disponibilizados para todo o Programa na Paraíba. Em 2012, o PAA/Leite teve uma queda na aquisição de recursos de um pouco mais de 48%, tendo uma retomada em 2014, absorvendo neste ano 62,3% do PAA.

O preço pago pelo litro de leite de cabra é de R\$ 1,99, sendo R\$ 1,84 procedente do governo federal e R\$ 0,15 do governo estadual. O total de recurso disponibilizado para cada produtor é de R\$ 4.000,00 por semestre, como forma de evitar que o Programa favoreça os médios e grandes produtores. De certa forma esta limitação está sendo prejudicial para a expansão da caprinocultura, pois o produtor alcança este limite com 12 litros de leite por dia, quando a média de uma “boa cabra” na produção de leite por dia é de 3,5 a 4 litros de leite. A cota pode ser preenchida com três boas cabras leiteiras. Os produtores relatam que precisa de uma revisão nesta cota imposta pelo governo desde 2004, pois esse limite não deixa o produtor acumular recursos para futuros investimentos.

Segundo levantamento feito pelos técnicos da EMATER em 2016, o produtor conseguia produzir um litro de leite de cabra em torno de R\$ 0,66 a R\$ 1,09, levando em consideração a utilização de pasto e ração concentrada, isso sem considerar o custo da mão de obra.

### **5.2.3 Usina de Beneficiamento do Leite de Cabra.**

Várias usinas de beneficiamento do leite foram instaladas na mesorregião da Borborema, na maioria financiadas pelo governo federal<sup>8</sup>, o que foi muito importante para o fortalecimento da caprinocultura mesorregional. Assim, o governo absorve quase toda a produção, regulando assim a oferta e demanda do leite de cabra. Existe uma enorme expectativa política na região em relação ao futuro dos programas. Na visão dos produtores e técnicos, se acabarem os Programas e o

---

<sup>8</sup> Na mesorregião da Borborema foram instaladas as seguintes usinas de leite, com suporte do PAA/Leite: Coapecal em Caturité; ACELP, em Taperoá; Laticínio Grupiara em Taperoá; Condomínio Agroindustrial de Amparo, em Amparo; ACCOP – Associação dos Criadores de Cabras e Ovinos de Prata; Condomínio da Agroindústria em Desterro; ACCOZA em Zabelê; Acaprig – Associação dos Caprinocultores do Município de Gurjão; Sebral Laticínios em Caturité; Laticínio Vila do Caroa em São Sebastião do Umbuzeiro; ASCOMCAB, em Cabaceiras; Agubel, em Sumé; APAC em Barra de Santana; Leite Boa Vista em Boa Vista.

repassse de recursos a caprinocultura ficaria insustentável, prejudicando várias unidades familiares por não existir uma demanda privada: vender a quem quando acabar o incentivo?

Diante do cenário de incertezas, representantes dos municípios estão organizando diversas atividades, a exemplo de: competições de produtividade e apresentação de caprinos, festas nos municípios para dar uma maior visibilidade à produção, visando alcançar outros consumidores, pois os maiores consumidores estão circunscritos aos habitantes da própria. Na busca de alternativas, têm sido feitos contatos com o curso de Engenharia de Alimentos da UFPB para a produção de queijo experimental e de novos produtos derivados do leite, buscando agregar valor a esses produtos.

No caso específico de Monteiro, foi fundada a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM). Os produtores vendem quase toda sua oferta de leite para Capribom localizada em Monteiro-PB. Há leite para o laticínio da Fazenda Carnaúba em Taperoá.

É muito complicada a distribuição do leite para grandes núcleos populacionais, por causa principalmente da legislação sanitária. Alguns produtores estavam levando produtos beneficiados de forma irregular para revenda nos centros urbanos, mas existe o risco de apreensão e multa dos estabelecimentos. Os produtores também lembraram a necessidade de criar uma identidade na produção de derivados na região com padronização no beneficiamento artesanal. Atualmente, cada produtor faz o beneficiamento de forma diferenciada, havendo grande dificuldade no escoamento da produção.

Muitos produtores estão com a capacidade produtiva maior que o “limite” estabelecido pelo Programa do Governo. Além disso, alguns municípios do Cariri não são beneficiados pelo PAA/Leite. Esta desejada expansão pode gerar uma maior especialização do trabalho para caprinos de corte e leite, agregando valor à produção e dedicação exclusiva à caprinocultura.

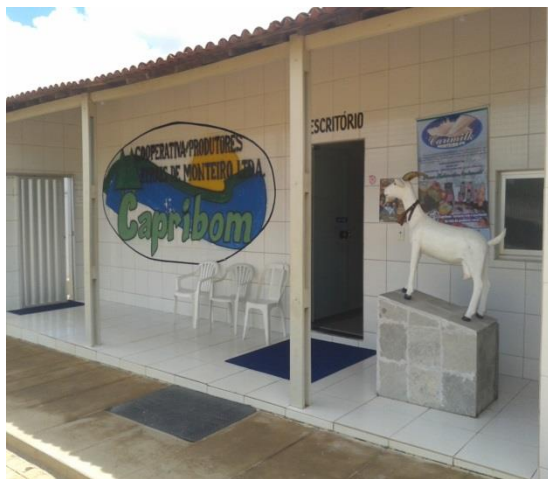
Os grandes mercados revendem queijo de cabra importados por altos valores. Em João Pessoa, o litro do leite de cabra varia entre R\$ 4,00 a R\$ 6,00. Segundo os

técnicos da EMATER, há um nicho de mercado paara pessoas com intolerância à lactose que se adaptam bem a este tipo de leite.

#### **5.2.4 Percepção da Cooperativa Capribom para Caprinocultura**

O objetivo da Cooperativa (veja Fotos 5 e 6) é apoiar o produtor que é associado e coopera, buscando canais de comercialização do governo e do mercado privado para dar vazão à produção. Atualmente, a Capribom fornece ao governo leite de vaca e cabra pasteurizado e beneficia o leite, principalmente, de vaca para o mercado privado. Além da pasteurização do leite, a CAPRIBOM desenvolve alguns produtos experimentais do leite de cabra em parceria com a EMBRAPA de Sobral (CE). Tais produtos ainda estão em processo de registro e venda.

Os funcionários são chamados de colaboradores, são em média de 20 (vinte) pessoas que trabalham na Cooperativa, não existindo dono, mas sócios, todos são sócios cooperadores.



**Fotos 5 e 6 - Cooperativa Capribom em Monteiro.**

Fotos do autor (2017).

A cooperativa Capribom funciona com mais de 10 fontes de resfriamento espalhadas em comunidades rurais com pessoas treinadas para receber e analisar o leite diariamente. O leite é recebido até às 09 horas da manhã nos estandes, o caminhão faz a coleta todos os dias e leva para a cooperativa, onde é realizada uma nova análise, então o leite é pasteurizado, embalado e armazenado em câmaras até

a entrega nas cidades licitadas pelo governo, sendo entregue no mesmo dia ou no máximo no dia seguinte. Uma das dificuldades é o período de validade do leite que no máximo é de cinco dias embalados. Atualmente, existe mais de 200 produtores aptos que entregar diariamente o leite de cabra na Cooperativa.

A Capribom beneficia uma média de 3.000 mil litros/dia de leite, tendo capacidade de beneficiar mais leite, pois todos que têm o DAP estão aptos a fornecer o leite. Segundo relato do técnico da Capribom, os fornecedores têm condições de entregar mais do que o limite estabelecido, havendo, portanto, um excedente de produção difícil de ser comercializado. Quase não tem mercado privado para o leite de cabra, sendo todo destinado para o governo. Há limitações culturais para expandir o mercado privado pela discriminação por causa do odor. Algumas pesquisas estão sendo feitas para reduzir o cheiro ativo com novas técnicas de manejo.

Para absorver o excedente de leite, estão sendo desenvolvidos diferentes tipos de queijo como: queijo tipo coalho pré-cozido, queijo defumado muito parecido com provolone de vaca e queijo ao vinho, estes dois últimos ainda sem registro, estando no estágio experimental, trabalhando com menos de 1% do leite de cabra para beneficiamento direcionado ao mercado privado (veja Fotos 7 e 8).



**Fotos 7 e 8** – Leite e derivados de caprino.

Fotos do autor (2017).

Além disso, a Cooperativa não pode vender o leite de cabra para o mercado privado por não ter embalagem legalizada, só vendendo para o Programa do Governo, distribuindo para pontos determinados pelo governo, geralmente escolas, via PAA/leite e postos do governo pelo Leite Paraíba (Fome Zero).

O leite de vaca tem uma maior saída para o PNAE, além de seus derivados como a bebida Láctea e o queijo tipo coalho, apesar do preço ser menor por litro de leite pago para os criadores, onde se paga R\$ 1,13 do Governo Federal com o subsídio de mais R\$ 0,25 do Governo Estadual, mensurando um total de R\$ 1,38, tendo uma cota diária de 19 litros/dia para leite de vaca no intuito de chegar à cota de R\$ 4.000 por semestre.

### **5.3 A Seca como Vantagem Relativa na Criação de Caprino**

A seca é uma desvantagem para maioria dos produtos agropecuaristas pela necessidade da água, mas pode ser vantagem para um tipo de produção específica como a cabra, um caminho para se especializar de forma mais eficaz para aquisição de renda.

Os últimos cinco anos foram de secas ininterruptas na região, último ano chuvoso foi 2011, com consecutivos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 de colapso hídrico, com média de 100 mm a 150 mm de chuva ano, segundo o técnico da EMATER-PB. Isto potencializou a crise econômica na região com diminuição do poder de compra, atingindo fortemente a agricultura familiar. O que manteve o homem no campo foi a caprinocultura, mesmo com uma queda na quantidade de caprinos, além de diversos problemas para manter os animais.

A palma forrageira, base da alimentação dos animais da região foi acometida por uma praga chamada “cochonilha do carmim”, não tendo um agente eficiente que extinguisse a praga na época, afetando a principal fonte de alimentação do rebanho. A EMEPA, no entanto, desenvolveu uma variedade resistente à praga que já está sendo utilizada em substituição, multiplicando-se rapidamente no campo. As políticas de distribuição de renda (Bolsa Família, Seguro Safra, etc.) além do PAA, da construção de novos açudes, entre outros, amenizaram a situação da estiagem.



Atualmente, o que mantém a caprinocultura é o PAA/leite, uma união do governo federal e estadual via Ministério do Desenvolvimento Social.

O efeito da seca sobre o rebanho pode ser visualizado através dos dados da Tabela 5. A variação no rebanho de cabras na época das fortes estiagens foi de 6.820 cabeças entre 2010 a 2012, proveniente principalmente da seca, quando muitos animais morreram por falta de alimento e água. Só no último ano da série é que se verificou um vigoroso crescimento do rebanho, ultrapassando o patamar atingido em 2010.

**Tabela 5 – Monteiro: Efetivo do rebanho caprino entre os anos de 2010 a 2015.**

<b>ANO</b>	<b>Cabeças</b>
<i>2010</i>	<i>28.240</i>
<i>2011</i>	<i>25.200</i>
<i>2012</i>	<i>21.420</i>
<i>2013</i>	<i>22.307</i>
<i>2014</i>	<i>23.310</i>
<i>2015</i>	<i>29.584</i>

Fonte: IBGE,2017.

Uma das causas desse declínio do rebanho no período de seca foi a praga que atingiu a palma forrageira que era o banco de forragem dos animais, além da queda da produção da algaroba<sup>9</sup> que dava suporte a alimentação dos animais no fim do ano. Diante da crise, uma das saídas foi a venda do rebanho para o abate.

Neste período, houve medidas para aliviar o sofrimento dos animais, como plantar uma palma mais resistente e subsídios para o milho e outros grãos fornecidos pela CONAB para alimentação dos caprinos. A estiagem neste período fez o preço da carne de cabra elevar e manter-se constante, entre R\$ 11,00 e R\$12,00, o qual antes dessas secas era preços sazonais dependendo do período do ano: no inverno o valor cai e elevava-se um pouco no período de seca, onde os criadores queriam se desfazer dos animais. Atualmente com o aprimoramento de técnicas de armazenamento de alimento esse quadro minimizou-se.

<sup>9</sup> Espécie vegetal que tem frutos em forma de vagens e são comestíveis, tendo alto teor de sacarose.

Com o avanço genético e mistura de raças tem aumentado a adaptação e produtividade dos animais, segundo os técnicos da EMATER, no ano de 2016 uma única cabra proporcionou 11 litros de leite em um único dia na região.

As raças predominantes são as alpinas, como a sannen, parda alpina, alpina britânica, toggenburg, parda alemã, entres outras. A sannen tem uma maior produtividade, mas sofre com o sistema semi-intensivo e é adequada a alimentos que requer pouca água, já as cabras pardas são mais adaptadas ao sistema de produção de leite da região. Foi realizado o cruzamento das duas raças, surgindo um animal com maior adaptação ao sistema de produção e com maior produtividade, segundo o técnico da EMATER.

Se no caso o produtor desejar focar em queijo pode adquirir as raças nativas como a canidé e a murciana, que têm maior teor de gordura no leite. Para abate e venda da carne, utiliza-se o sistema extensivo. Este sistema apresenta tendência a terminar no curto prazo na região, tendo em vista o avanço do desmatamento.

Antes dos Programas Políticos adotados para desenvolvimento da região não se tinha concepção da adoção do leite de cabra como alternativa relevante na convivência com a seca. A distribuição do leite de cabra nas escolas tem contribuído para suplantiar as restrições culturais ao seu sabor, verificando-se uma boa aceitação ao consumo do leite de cabra em substituição ao leite de vaca pelas crianças por intervenção via PNAE nas merendas, ocorrendo um forte preconceito ainda pelos adultos.

Segundo os técnicos, o preconceito está ligado à cultura, onde inicialmente a cabra era considerada um animal de pessoas pobres e consideravam seus derivados eram inferiores ao de vaca. O hírcino<sup>10</sup> do leite tem forte influência no consumo, mas com técnicas repassadas pelos técnicos para os criadores estão conseguindo minimizar esse mau cheiro. O sabor forte da carne, também pode ser minimizado simplesmente pelo manejo dos animais (limpeza do curral, separação do macho e fêmea, higiene da ordenha, não ordenhar quando o animal estiver sob

---

<sup>10</sup> Odor característico, transmitido pelo bode na fase de lactação da cabra.

medicamento, doente ou no cio<sup>11</sup>). Os técnicos também adquirem conhecimentos com os caprinocultores assim como repassam novas experiências para sustentabilidades da produção, como aceitação pelos animais de novas plantas da caatinga que servem como forragem<sup>12</sup>, fazendo a silagem<sup>13</sup>, com a intensão de inserir este hábito na cultura de outros produtores para manter a produção e armazenamento estratégico de forragem durante todo o ano.

A criação de vaca tem um custo maior do que a de cabra, além do leite ter características distintas, tendo diferenças na composição da gordura. O leite de cabra é de melhor digestão e absorção pelo organismo, tendo uma variedade de nutrientes que ajudam na imunidade humana (RIBEIRO e RIBEIRO, 2001). A vantagem absoluta na criação do caprino é sua forte adaptação à região.

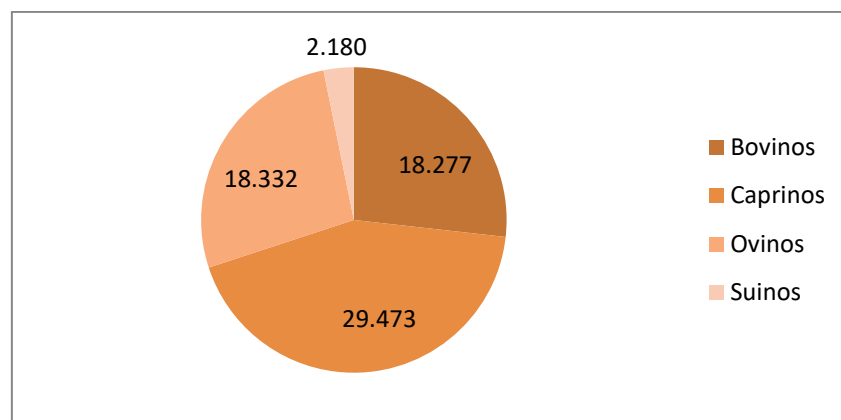
A caprinocultura tem vantagens relativas em relação à Bovinocultura, facilidade de manejo com o animal e a tendência a formação de minifúndios na região, com a facilidade e oportunidades de participação dos Programas Governamentais. Os produtores familiares preferem administrar sua própria criação. Além da tendência do tipo de sistema de criação semiextensivo a ser utilizado em pequenas propriedades para animais de médio porte, diferente de décadas passadas que se utilizavam latifúndios e a criação de animais soltos. Antes, predominavam criadores com grandes rebanhos, em grandes propriedades, com boa oferta de mão de obra, favorecendo a concentração de renda. Atualmente se vê na região uma melhor distribuição de propriedades, com criação de animais de pequeno e médio porte (cabra, ovelha e porco) e enorme dependência dos subsídios do governo.

---

<sup>11</sup> Estado de receptividade sexual extrema por que passam as fêmeas de muitos mamíferos.

<sup>12</sup> Toda espécie de plantas ou partes de plantas, verdes ou secas, usadas como alimento na pecuária.

<sup>13</sup> Benfeitoria agrícola destinada ao armazenamento de produtos agrícolas.



**Gráfico 3** - Distribuição da Pecuária no Município de Monteiro em 2015  
Fonte: IBGE (2017)

A predominância da Caprinocultura é expressiva na região como mostra o Gráfico 3 onde em 2015, segundo dados do IBGE, existem aproximadamente 38% de cabeças de caprinos a mais do que Bovinos.

## 6. CONCLUSÃO

Os dados levantados e as informações colhidas junto aos produtores e técnicos mostram que o PAA/leite é indispensável atualmente para manter a caprinocultura na Mesorregião da Borborema e no município de Monteiro. O programa é um incentivo para produção e geração de renda, sem dúvida, e modifica favoravelmente o espaço, reforçando a propriedade familiar e contribuindo para a extinção do sistema de pecuária extensiva.

As cooperativas, associações e instituições públicas (EMATER e CONAB) são os mecanismos utilizados para sustentação do processo produtivo, assegurando a oferta e demanda com a junção dos programas PRONAF, PAA e PNAE. A atuação desses órgãos propicia melhorias nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares, do município de Monteiro. Isso mostra a importância da atuação do Estado para a superação da pobreza, das desigualdades inter-regionais e de suporte à agropecuária familiar como ressaltado na literatura analisada. Essa importância, no entanto, tem sido limitada pela descontinuidade em termos de repasse de recursos do PAA/leite para o município. A atual conjuntura política e econômica do país traz preocupações quanto à continuidade do Programa, que tem se mostrado importante para a agropecuária familiar no município, sobretudo nos períodos de seca prolongada, como o recentemente vivenciado.

Além da irregularidade no repasse dos recursos, os produtores pesquisados também lembraram o limite no valor das vendas para cada produtor individual no valor de R\$ 4.000,00 semestrais. A cota estipulada pelo governo para os fornecedores impede a expansão da produção, pois os produtores ficam sem alternativa para dar vazão ao excedente da produção. As limitações afetam diretamente os envolvidos. Foi lembrada, também, a existência de capacidade ociosa nas chamadas usinas de beneficiamento e a não participação de vários municípios que não estão incluídos no programa,

A importância do Programa também é evidenciada quando se considera o perfil dos produtores: homens idosos, com baixa escolaridade e com baixo nível de renda. Criadores esses, que têm renda média de R\$ 500,00 a R\$ 700,00 provenientes da criação do caprino, tendo que completar a renda com outras atividades, e com

transferências governamentais. A baixa renda e a dependência do governo afugentam as novas gerações, realimentando o êxodo rural.

Os produtores também enfrentam problemas com a demanda privada, em virtude do sabor ativo do leite de cabra e de seus derivados. Além disso, quase não existe produtores adequados à legislação<sup>14</sup> sanitária específica, deixando que o consumo seja predominantemente restrito às áreas de produção, limitando o acesso a grandes centros urbanos, como Campina Grande e João pessoa.

Constatou-se que nesses cinco últimos anos de secas ininterruptas, o produtor enfrentou problemas adicionais com a diminuição da forragem e difusão de pragas na palma forrageira, principal alimento dos rebanhos da região estudada.

Por outro lado, ficou constatado que a cabra é o melhor animal para adaptação e produção nestas extremas variações do clima na região. Esta estiagem potencializou a crise econômica e atingiu fortemente a agricultura familiar. O que de fato amenizou a crise foram os programas públicos. O animal se adapta bem ao semiárido, tendo vantagem em relação a outros rebanhos e regiões, podendo ter uma grande capacidade produtiva com a implementação dos avanços genéticos, como cruzamento de raças. A facilidade de criação do caprino, a adaptação ao clima e custo-benefício da produção aumenta a adesão dos produtores a este tipo de rebanho. É notório que o leite de cabra apresenta bons aspectos nutricionais, além de ser considerado de boa digestibilidade. Por fim, uma adaptação da legislação sanitária à realidade vivida no campo com o objetivo de ampliar este mercado, alcançando outras regiões e uma maior especialização do trabalho devido à vantagem relativa da produção caprina, reforçando os bons ventos trazidos pela euforia das águas do Rio São Francisco para o desenvolvimento da região neste momento.

---

<sup>14</sup> Instrução normativa 37/2000 (MAPA), que normatizou a produção, identidade e qualidade do leite de cabra.

Portaria 368/1997 (MAPA), sobre as condições higiênico-sanitários e de boas práticas de fabricação.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário estatístico do crédito rural – 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2002>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Anuário estatístico do crédito rural – 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2010>

BRANCO, S. M. **Caatinga**: a paisagem e o homem sertanejo. 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. Decreto nº 1946 de 28 de julho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)> Acesso em: 06 Mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que **dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**. (2014a) Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2014/Decreto/D8293.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/Decreto/D8293.htm)>. Acesso em: 06 Mar. 2017.

CASTRO, Antônio; LESSA, Carlos. **Introdução à economia**: uma abordagem estruturalista. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1969.

CONTI, J. B. A. **Desertificação no mundo**. In: CONTI, J. B. A. Clima e Meio ambiente. São Paulo: Atual Editora, 1998. p. 64-75.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo, Atlas, 1994.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. Nova Iorque, Harper, 1957.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Panorama e perspectiva mundial da ovinocultura e caprinocultura**, 2015. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/documents/1355090/0/Panorama+Mundial+Caprinocultura+e+Ovinocultura/d15ea59a-d9d1-4436-9f82-b84870d766ef?version=1.0>>. Acesso em: 22 Set. 2016.

FAO/INCRA. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996.

FONTGALLAND, I. L. A economia paraibana: particularidades e algumas discussões sobre indicadores de emprego de 1986 a 2001. In CAMPOS, F. L.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G.. **A economia paraibana**: estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa, Editora Universitária, 2006.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

HOLANDA, Nilson. **A Política de desenvolvimento do nordeste**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Apresenta o perfil dos estados em 2014**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pb>>. Acesso em: 22 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>

\_\_\_\_\_. **Cidades. Paraíba: Monteiro, 2015**. Disponível em: < >. Acesso em: 17 Mar. 2017.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1972.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo. Ed. Abril cultural, 1982.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. **Saiba Como obter a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), 2016**. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-obter-declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em: 18 Mai. 2017.

MDS. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Modalidade compra com doação simultânea**: operação por meio de termo de adesão. v.1, 2014. 174p.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI. Nova delimitação do semiárido brasileiro. Brasília: MIN, 2005. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915)

MOREIRA, E. R. F. **Mesorregião e microrregião da Paraíba**: delimitação e caracterização. João Pessoa: GRAFF-SET, 1989. v. 1. 85p.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1996.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1972.



PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV, Trabalho preparado para o curso de desenvolvimento, 2006.

PNUD- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Brasília: Organização das Nações Unidas. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/atlas-do-desenvolvimento-humano/atlas-dos-municipios.html>>. Acesso em: 22 Set. 2016.

RIBEIRO, E. L. DE A.; RIBEIRO, H. J. S. Uso nutricional e terapêutico do leite de cabra. In **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 22, n.2, p. 229-235, jul./dez. 2001

SAGI. Secretária de Avaliação e Gestão da Informática. **PAA Data**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)>. Acesso em: 18 Mai. 2017.

SANTOS, J. S. O Processo de Desertificação no Município de Picuí/PB. In: **Anais do IX Encontro Regional de Estudos Geográficos**, 2003, Aracajú. IX EREG, 2003.

SAYAD, João. **Crédito rural no Brasil**. São Paulo: Editora Pioneira, 1984.

SEBRAE. **Monteiro**. João Pessoa: Sebrae, 1997.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por Terra**. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987.

SINGER, Hans. **Países ricos e países pobres**: tradução de José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro, Livros técnicos e Científica Editora S. A., 1979.

SKAPETA, B.; BAMDIPIS, V. Goat production in the World: present situation and trends. In **Livestock Research for Rural Development**, 28 (11), 2016. Disponível em: <http://www.lrrd.org/lrrd28/11/skap28200.html>

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **A comercialização e agricultura familiar no município de Lagoa Seca-PB**: os atravessadores e o programa de aquisição de alimentos. João Pessoa: UFPB/PPGG, dissertação de mestrado, 2015.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v.12, n.1, p.61- 71, 2003.

TARGINO, Ivan. **Processo de povoamento da Paraíba**. João Pessoa: UFPB/DE, mimeo, 2004.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. In CAMPOS, F. L.; MOREIRA, I. T.; MOUTINHO, L. M. G.. **A economia paraibana: estratégias competitivas e políticas públicas**. João Pessoa, Editora Universitária, 2006.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília . Política pública e organização agrária no Cariri paraibano. **Geonordeste** (UFS), v. XIX, p. 107-127, 2008.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1996.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e desenvolvimento municipal: o caso da Paraíba**. João Pessoa

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE “A”



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

### Questionário para TCC – Sérgio Alexandre Borba Moraes

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

---

**1 QUAL A SUA IDADE?**

☐ *Entre 20 e 30 anos*

☐ *Entre 50 e 60 anos*

☐ *Entre 30 e 40 anos*

☐ *Entre 60 e 70 anos*

☐ *Entre 40 e 50 anos*

☐ *Mais de 70 anos*

**2. ONDE VOCÊ MORA:**

☐ *Zona urbana*

☐ *Zona rural*

**3. ESTADO CIVIL:**

☐ *Casado*

☐ *Solteiro*

☐ *Viúvo*

☐ *Separado*

**4. QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA: \_\_\_\_\_**

**5. QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA AJUDAM NO TRABALHO DA TERRA: \_\_\_\_\_**

**6. CONTRATA TRABALHADORES PARA AJUDAR NOS TRABALHOS?** ☐ *SIM* ☐ *NÃO*

**7. QUANTOS TRABALHADORES CONTRATA? \_\_\_\_\_**

**8. QUAL A SUA ESCOLARIDADE?**

☐ *NÍVEL SUPERIOR completo*

☐ *ENSINO FUNDAMENTAL completo*

☐ *NÍVEL SUPERIOR incompleto*

☐ *ENSINO FUNDAMENTAL incompleto*

☐ *NÍVEL TÉCNICO*

☐ *Sabe assinar o nome*

☐ *ENSINO MÉDIO completo*

☐ *Não sabe ler nem escrever*

☐ *ENSINO MÉDIO incompleto*

9. QUAL O TAMANHO DA SUA TERRA? \_\_\_\_\_ (hectares)

10. COMO OBTIVE AS TERRAS?

☐ Herança

☐ Posse provisória

☐ Comprou de parentes

☐ Doação

☐ Comprou de terceiros

☐ Outros

11. QUANTOS HECTARES VOCÊ DESTINA AO PLANTIO DE LAVOURAS? \_\_\_\_\_

12. QUANTOS HECTARES VOCÊ DESTINA AO PLANTIO DE PALMA? \_\_\_\_\_

13. QUANTOS HECTARES VOCÊ DESTINA À CRIAÇÃO DE ANIMAIS? \_\_\_\_\_

14. QUAIS AS SUAS FONTES DE RENDA?

☐ Lavouras

☐ Pensão

☐ Criação de boi

☐ Bolsa família

☐ Criação de cabras

☐ Ajuda de filhos que trabalham fora

☐ Aposentadoria

☐ OUTROS \_\_\_\_\_

15. NOS ULTIMOS 5 (CINCO) ANOS O SENHOR AUMENTOU O NUMERO DE CABRAS?

☐ Sim

☐ Não

16. QUANTAS CABRAS EXISTEM NA SUA CRIAÇÃO?

☐ 00 – 10 Cabras

☐ 51 – 100 Cabras

☐ 11 – 50 Cabras

☐ ACIMA DE 100 Cabras

16. VOCÊ TEM CRIAÇÃO DE OUTROS ANIMAIS?

☐ Bovinos

☐ Porcos

☐ Ovelhas

☐ Galinhas

17. COMO É QUE VOCÊ CRIA? ☐ Soltos na propriedade ☐ Em cercado

18. QUAL A ALIMENTAÇÃO QUE VOCÊ DÁ ÀS CABRAS? ☐ Palma forrageira ☐ farelo ☐ torta

19. QUANTO GASTA COM RAÇÃO POR SEMANA? R\$ \_\_\_\_\_

20. O REBANHO É VACINADO? ☐ SIM ☐ NÃO

21. QUAIS AS VACINAS?

22. RECEBE ORIENTAÇÃO TÉCNICA? SIM: ☐ Emater ☐ Sindicato ☐ Sebrae ☐ Outros ☐ NÃO

23. SEUS FAMILIARES COLABORAM COM A CRIAÇÃO?

☐ NÃO

☐ SIM

**24. QUAL O DESTINO DA PRODUÇÃO DO LEITE?**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> PAA/LEITE      | <input type="checkbox"/> FEIRAS LOCAIS   |
| <input type="checkbox"/> PNAE           | <input type="checkbox"/> COOPERATIVAS    |
| <input type="checkbox"/> INTERMEDIARIOS | <input type="checkbox"/> AGROINDUSTRIAIS |
| <input type="checkbox"/> SUPERMECADO    |  |

**25. O QUE ACHA DO VALOR PAGO PELO PROGRAMA PAA?**

- |                                   |                                |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> BAIXO    | <input type="checkbox"/> BOM   |
| <input type="checkbox"/> RAZOÁVEL | <input type="checkbox"/> ÓTIMO |

**26. PASSOU POR ALGUM CURSO/TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO PARA MELHORAR A PRODUÇÃO?**

- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> NÃO | <input type="checkbox"/> SIM |
|------------------------------|------------------------------|

**27. VOCÊ BENEFICIA O LEITE NA PROPRIEDADE?**

- ☐ Produção de queijo
- ☐ Produção de manteiga
- ☐ Produção de doce
- ☐ Outros \_\_\_\_\_

**28. QUAL O DESTINO DA PRODUÇÃO?**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> PAA/LEITE      | <input type="checkbox"/> FEIRAS LOCAIS   |
| <input type="checkbox"/> PNAE           | <input type="checkbox"/> COOPERATIVAS    |
| <input type="checkbox"/> INTERMEDIARIOS | <input type="checkbox"/> AGROINDUSTRIAIS |
| <input type="checkbox"/> SUPERMECADO    |  |

**29. SUA PRODUÇÃO É TAMBÉM PARA ABATE?**

- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> NÃO | <input type="checkbox"/> SIM |
|------------------------------|------------------------------|

**30. QUANTA CABEÇA DE CABRA ABATEU EM 2016? \_\_\_\_\_**

**31. QUAL O DESTINO DA CARNE? \_\_\_\_\_**

**32. DURANTE A ÚLTIMA SECA, A SUA PRODUÇÃO:**

- ☐ Não foi alterada
- ☐ Foi pouco alterada

☐ *Foi muito alterada*

**33. QUAL A RENDA MÉDIA OBTIDA NA CAPRINOCULTURA?**

☐ 000 – 250

☐ 1251 – 1500

☐ 251 – 500

☐ 1501 – 1750

☐ 501 – 750

☐ 1751 – 2000

☐ 751 – 1000

☐ ACIMA DE R\$ 2000

☐ 1001 – 1250

**34. QUAL A IMPORTÂNCIA DO PAA/LEITE E DO PNAE PARA A CRIAÇÃO DE CABRAS?**

**35. O SENHOR ACHA VANAJOSO A CRIAÇÃO DE CABRA?**

## APÊNDICE “B”



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

### Questionário para TCC – Sérgio Alexandre Borba Moraes

---

- *Quantos técnicos têm em monteiro?*
- *Quais condições de trabalho (carro/gasolina)?*
- *Atendem quantos criadores?*
- *Tem um programa específico para caprinocultura?*
- *Qual a relação da EMATER com o PAA e o PNAE?*
- *Tipo de orientação (individual ou em grupo)?*
- *Quais doenças afetam o rebanho?*
- *Raça principal de caprino?*
- *Processo produtivo da Caprinocultura?*
- *Custo da produção?*
- *Regulação entre oferta e demanda?*
- *Renda derivada da caprinocultura?*
- *Quais instituições participam (públicas e privadas)?*
- *Relação da Caprinocultura com a estiagem?*
- *Destacar as instituições participantes?*
- *Analisar o impacto do PAA/leite na sustentabilidade das famílias?*
- *Evolução e organização da caprinocultura?*
- *Por que não concorrer com o leite de vaca?*
- *Vantagens da Caprinocultura?*
- *Barreiras encontradas para o desenvolvimento da Caprinocultura?*